

**IMPUGNAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 111/20**

1 mensagem

RIBAS Anselmo &lt;anselmo.ribas@elis.com&gt;

29 de julho de 2020 17:56

Para: "licitacao@daf.uerj.br" &lt;licitacao@daf.uerj.br&gt;

Cc: REIS Rafael &lt;rafael.reis@elis.com&gt;, NEVES Wanderson &lt;wanderson.neves@elis.com&gt;, BADINI Carlos &lt;carlos.badini@elis.com&gt;, CASTRO Elisabete &lt;elisabete.castro@elis.com&gt;, JONAS Denise &lt;denise.jonas@elis.com&gt;

**ILMO(A). SR(A). PREGOEIRO(A) DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****IMPUGNAÇÃO – com fundamento principal no artigo 41, parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666/1993.****PROCESSO E-26/008/31/2020****PREGÃO ELETRÔNICO N.º 111/20****OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO DE ROUPAS HOSPITALARES PROCESSADAS, COMPREENDENDO: A COLETA, LAVAGEM, DESINFECÇÃO E A DEVOLUÇÃO(ENTREGA) DE ROUPAS NO COMPLEXO HUPE E PPC, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DETALHADA NO PROJETO BÁSICO - ANEXO 1**

**A ATMOSFERA GESTÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TÊXTEIS S.A.**, empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.886.257/0007-88, e filiais, com sede no Município de Jundiaí Estado de São Paulo, na AVENIDA ANTONIETA PIVA BARRANQUEIROS, S/N, neste ato representada por seu representante legal infra-assinado, vem, nos termos do 41, parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666/1993, apresentar as seguintes razões de **IMPUGNAÇÃO DE EDITAL**, consoante motivos a seguir determinados:

O UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ publicou edital convocatório para abertura de licitação para o dia 03/08/2020, cujo objeto é “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO DE ROUPAS HOSPITALARES PROCESSADAS, COMPREENDENDO: A COLETA, LAVAGEM, DESINFECÇÃO E A DEVOLUÇÃO(ENTREGA) DE ROUPAS NO COMPLEXO HUPE E PPC, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DETALHADA NO PROJETO BÁSICO”

De posse do edital e análise de seu conteúdo, da qual se constatou irregularidades insanáveis, as quais maculam de forma cabal os Princípios norteadores da licitação – LEGALIDADE – ISONOMIA – MORALIDADE – PROIBIDADE ADMINISTRATIVA – COMPETIÇÃO, fazendo com que recaia sobre o processo uma nulidade absoluta.

**DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO**

De acordo com a Lei é facultado a qualquer pessoa, cidadão ou licitante, impugnar o ato convocatório da licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente, se protocolizar o pedido até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, assim a impugnação é o ato que instrumentaliza a possibilidade de controle do edital por parte de seus destinatários, a saber: licitantes e cidadãos em geral.

Nos termos do § 1º, art. 41 da Lei de Licitações:

“Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação ou irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113”. O insigne jurista Carlos Ari Sundfeld, invocando o artigo 5º, inciso XIX, alínea “a” da Magna Carta, defende a possibilidade de qualquer pessoa, física ou jurídica, impugnar o edital, pois citado dispositivo garante o direito de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

“Art. 5º (...) XIX: são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a. o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;”

Assim, a impugnação é um ato voluntário colaborativo praticado pelo cidadão ou licitante. Além do mais, trata-se de um instrumento essencial para auxiliar os órgãos de controle, sobretudo no que se refere à análise e compreensão de questões técnicas intrincadas ligadas ao objeto ou aos requisitos de participação. Como regra, o ato que instrumentaliza a possibilidade de controle do edital por parte de seus destinatários, a saber: licitantes e cidadãos em geral.

## **DA TEMPESTIVIDADE**

É de se assinalar que a presente insurreição encontra-se TEMPESTIVA, uma vez que protocolada, conforme edital, em até 5 dias úteis anteriores a data da abertura da licitação, qual seja 03 de agosto do corrente ano

## **DAS CARACTERÍSTICAS PECULIARES DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

Antes de demonstrarmos que a Administração tem o dever de selecionar a melhor proposta de empresa efetivamente apta a executar o Contrato, é mister entender como este objeto é peculiar em suas características.

A contratação de prestação de serviço contínuo de lavanderia hospitalar, trata-se de processamento de roupas de serviços de saúde” foi um grande avanço, considerando que tanto os hospitais quanto todos os serviços que utilizam algum tipo de roupa ou tecido na assistência à saúde necessitam submetê-los ao processamento em um serviço especializado e com profissionais capacitados.

Assim, o processamento de roupas de serviços de saúde é uma atividade de apoio que influencia grandemente a qualidade da assistência à saúde, principalmente no que se refere à segurança e ao conforto do paciente e do trabalhador, e por decorrência aos riscos existentes, há a necessidade de um maior controle sanitário das atividades ali realizadas.

Temos que a unidade de processamento da roupa de serviços de saúde é considerada um setor de apoio que tem como finalidade coletar, pesar, separar, processar, confeccionar, reparar e distribuir roupas em condições de uso, higiene, quantidade, qualidade e conservação a todas as unidades do serviço de saúde. Exercendo uma atividade especializada, que pode ser própria ou terceirizada, intra ou extra serviço de saúde, devendo garantir o atendimento à demanda e a continuidade da assistência.

De tal forma que a prestação de serviços de Lavanderia Hospitalar, em todas as etapas do processo de higienização das roupas, é orientada conforme o padrão estabelecido no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - 2009.

O que se tem por fim é que a futura contratada não apenas tem a função fornecer e higienizar os enxovais de uso hospitalar, mas contribuir para saúde da população local usuária dos serviços médicos oferecidos pelo Ente Público.

Apresentadas estas considerações passamos a atacar os pontos irregulares do edital:

### **4.1.2. Estimativa de carga de roupa processada:**

**4.1.2.1.** Para calcular o peso de roupa a ser processada por dia no **HUPE e PPC**, foram utilizados como referência a produção de roupa limpa processada nos anos de 2015 a 2019.

Para a estimativa da produção para os 48 meses de vigência do contrato foi realizado a soma dos anos de 2015 a 2019, e o valor total dividido por 04 (quatro) que são equivalentes aos 04 anos (48 meses) de vigência do contrato.

### **5.4. REPARO E REAPROVEITAMENTO DE PEÇAS DANIFICADAS:**

5.4.1. Caberá a CONTRATANTE indicar as roupas consideradas impróprias para o uso.

5.4.2. As peças danificadas, desgastadas, mas ainda dentro do padrão de aceitabilidade definido pela CONTRATANTE, serão reparadas por costureiras da CONTRATADA;

5.4.3. O reparo das peças danificadas deverá ocorrer nas dependências da CONTRATANTE;

---

## **PONTO 1 – DA IMPRECISÃO DOS QUANTITATIVOS E DIMENSIONAMENTOS**

---

Tendo como certo que a prestação do objeto da contratação se divide em duas partes distintas **SERVIÇO EXTERNO DE LAVANDERIA**, assim temos que compreender que não apenas a precificação da proposta ofertada pelas licitantes, como todo planejamento orçamentário da Contratante será com base nos parâmetros estabelecidos no edital.

Para que a licitação venha a ser bem-sucedida, necessário se faz uma adequada caracterização do objeto a ser licitado, com especificações técnicas claras, objetivas e estritamente vinculadas à necessidade apontada pela Contratante.

Este proceder assegura o Órgão licitador de que estará provisionando verba orçamentária suficiente para a execução de todo objeto do contrato, não se surpreendendo com eventuais necessidades de orçamentos complementares para manutenção regular das obrigações assumidas

Todas as contratações públicas – sejam realizadas por meio de licitação, sejam realizadas diretamente (por inexigibilidade ou dispensa) – demandam uma estimativa prévia do valor do futuro negócio jurídico. Essa estimativa é realizada mediante a elaboração de um orçamento.

Dito isto, observa-se que o instrumento convocatório dispõe os seguintes quantitativos:

**HUPE – PRODUÇÃO ANUAL ESTIMADA DE PESO DE ROUPA LIMPA - HUPE**

Produção Anual Estimada	HUPE (kg)
Produção anual 2020	554.770,23
Produção anual 2021	554.770,24
Produção anual 2022	554.770,24
Produção anual 2023	554.770,24
Produção total estimada para 48 meses	2.219.080,95

**PRODUÇÃO ANUAL ESTIMADA DE PESO DE ROUPA LIMPA  
PPC 2020 A 2023**

MÉDIA ANUAL	PIQUET CARNEIRO (kg)
MÉDIA ANUAL ESTIMADA 2020	60.000,00
MÉDIA ANUAL ESTIMADA 2021	60.000,00
MÉDIA ANUAL ESTIMADA 2022	60.000,00
MÉDIA ANUAL ESTIMADA 2023	60.000,00
Produção total estimada para 48 meses	24.000,00

E estas estimativas foram obtidas com base em consumo de volume de anos anteriores:

4.1.2.1. Para calcular o peso de roupa a ser processada por dia no HUPE e PPC, foram utilizados como referência a produção de roupa limpa processada nos anos de 2015 a 2019.

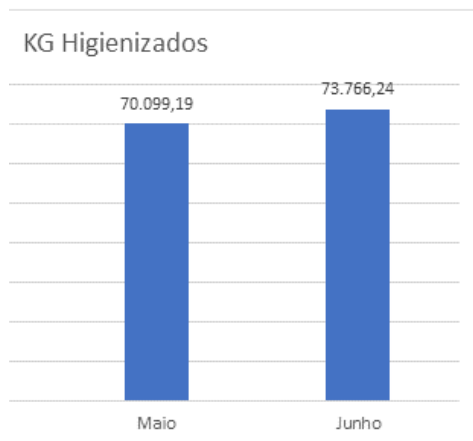
Para a estimativa da produção para os 48 meses de vigência do contrato foi realizado a soma dos anos de 2015 a 2019, e o valor total dividido por 04 (quatro) que são equivalentes aos 04 anos (48 meses) de vigência do contrato.

**HUPE**

**PRODUÇÃO DE KG ROUPA LIMPA REFERENTE AOS ANOS DE 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.**

Produção Anual	HUPE (kg)
Produção anual 2015	391.840,80
Produção anual 2016	417.673,16
Produção anual 2017	343.869,52
Produção anual 2018	480.875,91
Produção anual 2019	584.821,56
Total	2.219.080,95

Todavia, a ora impugnante é a atual fornecedora do HUPE, e em seus arquivos dispõem de reais quantidades de consumo utilizadas pelo hospital é superior ao estimado para a contratação, vejamos:



Esta disparidade entre a estimativa e o real consumo trará graves problemas para a Administração!

A Administração deixará de ganhar com a economia de escala, pois com uma estimativa menor do que a realmente necessária os preços unitários do Kg/roupa processada serão maiores para amortizar os custos fixos da execução dos serviços. Ainda terá a dificuldade de um orçamento insuficiente para a cobertura do contrato, comprometendo orçamento estimado para a execução do contrato.

Devemos ter em mente que a elaboração do orçamento estimativo consiste em uma etapa de planejamento financeiro-orçamentário realizada na fase interna das contratações públicas e que mantém sua relevância e utilidade mesmo após a execução do contrato. Veja-se as principais funções do orçamento ao longo de todo o ciclo da contratação:

- a. delimitar o montante de recursos orçamentários necessários à contratação: somente sabendo o valor estimado do objeto da contratação é que o ordenador de despesas saberá se tem recursos (rubrica) para realizar a contratação e decidirá, em juízo de conveniência e oportunidade, se a contratação do objeto pelo referido valor aproximado atende ao interesse público sob as condições apresentadas;
- b. servir de parâmetro para fixação, pelo edital, dos critérios de aceitabilidade das propostas em relação aos preços unitários e global, conforme o caso: a Lei nº 8.666/93, art. 40, X, define como cláusula obrigatória do edital o estabelecimento de critérios de aceitabilidade dos preços. Tais critérios só podem ser quantificados com base em parâmetros objetivos, após a elaboração do orçamento;
- c. auxiliar o responsável pela contratação na identificação de proposta com possível sobrepreço ou mesmo proposta inexequível, nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 48, II, § 1º, itens “a” e “b”: ao julgar as propostas, a comissão de licitação ou o pregoeiro devem expurgar as propostas manifestamente inexequíveis ou que apresentem sobrepreço. Em ambas as hipóteses, é necessário um parâmetro de comparação, que só pode ser alcançado a partir da confecção do orçamento estimativo;
- d. auxiliar o gestor na análise do equilíbrio econômico-financeiro do contrato: havendo necessidade de repactuação do contato para recompor o equilíbrio econômico-financeiro, será o orçamento estimativo e sua planilha de custos a baliza objetiva para análise do rompimento do equilíbrio, uma vez que nela deve vir descrito, de forma individualizada, os elementos integrantes da contratação.

Esse rol não esgota todas as funções do orçamento, mas demonstra sua importância e utilidade, sendo, mais que mera formalidade, uma das mais importantes etapas do processo de planejamento das contratações.

É absolutamente imprescindível a correta estimativa do quantitativo a ser contratado, para a elaboração do orçamento a indicação do quantitativo unitário de cada item de produto ou serviço de acordo com sua unidade de medida.

Essa quantificação não pode ser arbitrária, devendo ser formulada em bases objetivas e reproduzíveis, como, por exemplo, considerando o consumo dos anos anteriores como demonstrado anteriormente.

A quantificação escoreita do produto/serviço a ser contratado impacta diretamente na orçamentação, pois o volume de qualquer contratação pressiona o preço das propostas para baixo ou para cima.

Cotações com quantitativo mínimo de montante considerável proporcionam o efeito barganha, que é o “resultado no preço da negociação de grande quantidade a ser adquirida, o que pode provocar redução do preço unitário do material a ser comprado”<sup>[1]</sup>

A indicação de quantitativo menor que a real necessidade tende a elevar o valor do orçamento, pois o fornecedor terá menos margem para diluir os custos de logística, riscos, lucro etc.

Dessarte, não basta bem descrever o objeto da contratação, é preciso bem quantificá-lo, bem como fixar um quantitativo mínimo e máximo de maneira que possa, se for o caso, aproveitar-se da economia de escala. É válida, nesse aspecto, a advertência de Maçal Justen Filho, para quem “A incerteza sobre quantitativos mínimos e máximos se reflete no afastamento dos empresários sérios e na elevação dos preços ofertados à Administração”[2]

O jurista ensina ainda que:

Se não for estabelecido um lote mínimo para requisição, o particular se verá num dilema econômico invencível. Seus custos serão diversos em função das quantidades. O resultado será a formulação de preços médios. Logo, sempre que a Administração formular requisição de lotes de maior dimensão, pagará valor superior ao que poderia ter obtido – se licitante dispusesse da informação sobre a dimensão de lotes. (o.c.)

Resta claro que a estimativa defasada da futura contratação prejudicará a boa contratação, comprometendo o preço e o orçamento estipulado para a execução dos serviços.

Estes critérios são absolutamente fundamentais para a correta elaboração do custo e cálculo do valor a ser apresentado pelas concorrentes participantes. Isto pelo fato de que o **“pagamento será realizado sobre a pesagem de roupa limpa efetivamente processada. Tendo em vista que a quantidade de roupa efetivamente processada neste Termo de Referência é estimada.”**

Para que a licitação venha a ser bem sucedida, necessário se faz uma adequada caracterização do objeto a ser licitado, com especificações técnicas claras, objetivas e estritamente vinculadas à necessidade apontada pela Contratante.

A professora Simone ZANOTELLO em sua obra Manual de Redação, Análise e Interpretação de Editais de Licitação leciona:

.. o objeto da licitação deve estar disposto por meio de uma descrição sucinta e clara, ou seja, **que não deixe margem de dúvida a nenhum interessado, e este possa formular sua proposta sem maiores dificuldades**. Por isso, é preciso descrever minuciosamente o material, serviço ou obra a ser contratado, por meio de todas as suas características, a fim de que não sejam necessárias complementações posteriores, lembrando que, na maioria dos casos, essas eventuais complementações exigem a devolução do prazo de publicidade da licitação, causando atrasos nas atividades do órgão (o.c. Ed Saraiva, 2008. p. 108)(g.n)

Todavia, a salutar prática, que não é discricionária, mas condição legal, está omissa no edital em comento. Apesar do texto do preâmbulo, bem como outros itens do edital e termo de referência, trazer a singela menção dos itens do enxoval, não havendo qualquer descrição dos produtos que a futura contratada deverá disponibilizar.

E sobre o tema “definição precisa e suficiente do objeto licitado” a E. Corte de Contas do Estado de Minas Gerais já se posicionou no julgado da DENÚNCIA N. 898662 de junho de 2017, contra a Prefeitura Municipal de Guapé, ao qual colamos o seguinte exceto:

“Ao definir o objeto a ser licitado, a Administração, consoante determina o inciso II do art. 3º da Lei nº 10.520, de 2002, deve atentar-se para a observância dos aspectos de precisão, suficiência e clareza, vedada a previsão de especificações que, por serem excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

Em sintonia com essa exigência, extrai-se da conjugação dos arts. 14, caput do art. 38 e inciso I do art. 40, todos da Lei nº 8.666, de 1993, que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

Mesmo porque, ao se exigir que o edital estabeleça de modo preciso e satisfatório o objeto licitado, o que se busca é evitar possíveis danos que o objeto mal formulado venha a causar, não só à Administração, mas também aos potenciais interessados.

E na mesma esteira a Exma. Conselheira Adriene Andrade na resposta dada à Consulta nº 849.726 se manifestou, amparada na Súmula 177 do TCU :

(...) O que a Lei de Licitações determina é que o objeto seja descrito de forma a revelar a exata necessidade do Poder Público, com todas as características indispensáveis, afastando-se aquelas irrelevantes e desnecessárias, que apenas restringem a competição.

Por outro lado, a indefinição do objeto lesa o princípio da isonomia entre os licitantes, pois, não sendo o objeto claro o suficiente, o licitante não poderá elaborar uma proposta objetiva e, conseqüentemente, não conseguirá plenamente elaborar com precisão os demonstrativos de preços, que é determinação do inciso X do art. 40 da Lei 8.666/93.

A descrição precisa do objeto da licitação, com a indicação de suas características técnicas, visa alcançar plenamente o princípio da igualdade. Somente de posse de todas as informações sobre o produto a ser licitado é que os interessados poderão disputar o certame em igualdade de condições.

**A falta de clareza do objeto da licitação fere o princípio do julgamento objetivo, pois não haverá condições de comparar as propostas ofertadas nem de demonstrar que o preço proposto é compatível. Resumindo, podemos dizer que a falta de definição correta e clara do objeto da licitação ofende, sobremaneira, o princípio fundamental da licitação, que é a competição.** Nesse sentido, é conveniente registrar que o Tribunal de Contas da União sumulou esse entendimento (Súmula 177, TCU):

**A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão. (g.n)**

E ressaltemos que a ausência da precisa quantidade do enxoval fará com que se tenha uma competição desigual entre as licitantes, pois sem o parâmetro cada empresa poderá mensurar de forma desigual seus reais custos, comprometendo a competitividade do certame, pois ou se baseará no peso dia e apresentará produtos de baixa qualidade, ou arcará com uma demanda absolutamente divergente da real necessidade da Contratante.

---

## **PONTO 2 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM CORRETA QUANTIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

---

Ressaltamos que o objeto da contratação é “SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO DE ROUPAS HOSPITALARES”

Todavia, em diversos itens o edital coloca como obrigação da futura contratada atividade típicas de serviço de mão-de-obra com dedicação exclusiva

Vemos que a contratada deverá proceder com:

### **5.4. REPARO E REAPROVEITAMENTO DE PEÇAS DANIFICADAS:**

#### **5.4.1. Caberá a CONTRATANTE indicar as roupas consideradas impróprias para o uso.**

#### **5.4.2. As peças danificadas, desgastadas, mas ainda dentro do padrão de aceitabilidade definido pela CONTRATANTE, serão reparadas por costureiras da CONTRATADA;**

#### **5.4.3. O reparo das peças danificadas deverá ocorrer nas dependências da CONTRATANTE;**

Todas essas atividades não estão no escopo do objeto licitado, mas são atribuições de serviço de mão-de-obra com exclusividade. Pois a futura contratada deverá manter corpo de funcionários em número suficiente por todo o dia nas dependências do hospital.

Ressaltamos que há o estabelecimento de que **“O reparo das peças danificadas deverá ocorrer nas dependências da CONTRATANTE”**

Assim, se a contratada deverá manter funcionários nas dependências do Hospital, o edital deve estabelecer número mínimo de funcionários à disposição da contratante, quais suas funções específicas e demais requisitos para a correta prestação dos serviços contratados.

Estas informações são imprescindíveis para a composição do preço dos serviços, pois toda a remuneração.

Todavia, em um amalgama de determinação para o cumprimento do contrato, há o serviço de mão de obra para a "5.7. A ENTREGA E DISTRIBUIÇÃO DA ROUPA LIMPA À DEPENDÊNCIA DA CONTRATANTE:"

Assim, claramente se observa que há dois objetos distintos na execução do contrato o processamento de roupa hospitalar, ou seja, o serviço de lavanderia propriamente dito, e o serviço de camararia, que se dá pela prestação de mão de obra para a distribuição de enxoval nas dependências da contratante.

O objeto licitado é de natureza divisível, ou seja, não necessita ser adquirido em conjunto, de tal forma que licitação obrigatoriamente deveria ser realizada "por item", todavia, pelo que pode se perceber o preço por quilo de roupa lavada incidirá sobre todas as atividades gerenciadas.

A contratação de itens de natureza divisível, incluídos em um único lote, é considerada irregular. A justificativa de celeridade do procedimento não se sobrepõe aos princípios da economicidade, isonomia e interesse público, portanto, não pode ser admitida a pretensa justificativa de rapidez do processo, como desculpa para reunir em um único lote vários objetos distintos que, se licitados isoladamente (por item), propiciariam maior economicidade e, conseqüentemente, vantagem à Administração.

Ressaltando que ao englobar os custos de dois serviços distintos o jogo de planilha pode ocorrer a busca da melhor proposta não ser atingida.

O TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO previu por meio da

Súmula 247.: "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".

A par disso, no critério de julgamento fundado no menor preço global e/ou preço uniforme para diversas atividades, e não por itens, existe a forte possibilidade de contratações antieconômicas e potencialmente lesivas ao erário, na medida em que há o risco de a proposta do licitante vencedor (que ofertou o menor valor global por lote) conter itens com preços superiores aos propostos por outros competidores.

---

### PONTO 3 – DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTO OBRIGATÓRIO

---

Ao analisar os termos do edital deparamos com a omissão da exigência de que as licitantes apresente como elemento de qualificação **Licença de Operação da lavanderia declarada e suas condicionantes, para processamento de roupas provenientes de serviços de saúde, da unidade da federação onde estiver instalada, conforme Decreto nº 99.274/90.**

Cediço que a Administração Pública, em suas contratações, está adstrita aos ditames legais que a regem. E nesta base de pensamento temos que a licitação é o meio administrativo pelo qual o poder público adquire os bens, obras e serviços indispensáveis ao cumprimento de suas obrigações. Em linguagem bem simples: licitação é a forma do governo fazer suas compras para garantir o desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade.

Em razão de seu gigantismo, o poder público, nas esferas federal, estaduais e municipais, é o maior comprador de bens, serviços e obras do país. É necessário rigoroso atendimento à legislação para que esse grande volume de recursos seja aplicado com eficiência e economicidade.

A licitação pública é um mandamento previsto na Constituição Federal, disposto no artigo 37, inciso XXI, a ser realizado quando a Administração Pública necessita efetivar aquisições, realizar obras, alienações ou contratar a prestação de serviços. Nesses casos, privilegia-se o interesse público, destinando-se a garantir a observância do princípio constitucional da

isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa, bem como a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, observando-se sempre os princípios basilares da Administração Pública.

É o imperativo do Art. 3º da Lei de Licitações e Contratos – “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (...)”

Com isto, temos que o processo licitatório tem como objetivo escolher, dentre os vários concorrentes de cada setor, a proposta mais vantajosa para o poder público no que se refere aos aspectos de preço e qualidade. Assim, é imprescindível a promoção de real competição entre as empresas licitantes, a fim de que a compra obtenha as condições mais vantajosas para a sociedade.

Assim, cada participante deve comprovar o cumprimento dos requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital de licitação. E ao poder público, cabe a escolha da melhor proposta, a fiscalização dos bens e serviços entregues pelo vencedor e sua correta utilização em favor da população.

E para garantir a escolha da proposta mais vantajosa, não basta simplesmente o menor preço. Cientes de que rotineiramente empresas aventureiras aviltam os preços nos processos licitatórios (pregões eletrônicos) destinados à contratação de serviços terceirizados, afastando, por consequência, empresas sérias do certame, somado ao fato de que essas mesmas empresas aventureiras, posteriormente à assinatura dos contratos, não têm condições de cumprilos, gerando os mais diversos transtornos e prejuízos ao Poder Público, concluiu-se que os órgãos públicos não podem ser silentes, sob pena de serem acusados de omissão e, eventualmente, por contratarem mal, virem a ser condenados por má gestão do erário.

Para garantir que “empresa aventureiras” não minem o processo competitivo, cabe à Administração requerer destas uma real comprovação de capacidade técnica e financeira, com base no que dispõe a legislação:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

#### **IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.**

Ao consultamos o arcabouço de leis que estabelecimento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, nos paramos com o DECRETO Nº 99.274, DE 6 DE JUNHO DE 1990. Que Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.

Em seu art. 17 o Decreto estabelece:

Art. 17. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem assim os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, **dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente integrante do Sisnama**, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

E o TCU em julgado sobre o item IV do art. 30, prolatou o seguinte entendimento:



“a Lei 8.666/1993, em seu art. 30, inc. IV, admite a possibilidade de ser exigida dos licitantes, a título de qualificação técnica, ‘prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso’, sendo que a correta exegese do termo ‘lei especial’ conduz ao entendimento de que ‘... deve ser entendida no sentido lato, englobando inclusive regulamentos executivos’ (Acórdão 1.157/2005 – 1ª Câmara. Relator: Ministro Valmir Campelo)”

Assim, cada participante deve comprovar o cumprimento dos requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital de licitação. E ao poder público, cabe a escolha da melhor proposta, a fiscalização dos bens e serviços entregues pelo vencedor e sua correta utilização em favor da população.

E para garantir a escolha da proposta mais vantajosa, não basta simplesmente o menor preço. Cientes de que rotineiramente empresas aventureiras aviltam os preços nos processos licitatórios (pregões eletrônicos) destinados à contratação de serviços terceirizados, afastando, por consequência, empresas sérias do certame, somado ao fato de que essas mesmas empresas aventureiras, posteriormente à assinatura dos contratos, não têm condições de cumpri-los, gerando os mais diversos transtornos e prejuízos ao Poder Público, concluiu-se que os órgãos públicos não podem ser silentes, sob pena de serem acusados de omissão e, eventualmente, por contratarem mal, virem a ser condenados por má gestão do erário.

Vemos desta forma que o Regulamento buscou assegurar à Administração ferramentas para selecionar empresas que não são aventureiras, que estão consolidadas no mercado, estando aptas a prestar serviços continuados para a Administração, e com capacidade para executar sem dificuldades seus encargos no momento da contratação. Tendo como benefício a redução de índices de contratações mal sucedidas, pois quanto mais a contratada estiver consolidada no mercado, com capacidade operacional adequada para desempenhar seus encargos, maiores serão as chances de ela cumprir o contrato ao longo do tempo, sem solavancos ou términos inesperados que possam colocar em risco a própria continuidade dos serviços públicos ofertados pela Administração.

É notório que, ao deixar de estabelecer exigências mínimas capacidade técnica e estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação anterior da futura contratada, a Administração se expõe à má contratação, arriscando todo o seu objetivo que é o bem-estar da população.

Temos as seguintes indagações:

Qual a garantia da Administração de que contratará empresa com “expertise” na execução do contrato?

Quem fica em situação de risco pela não apresentação dos atestados de capacidade técnica com a devida qualificação?

Quem é o favorecido pela comprovação de capacidade técnica?

Ainda que aparentemente retóricas as indagações, suas conclusões são o “Óbvio Ululante”!

A Administração não se resguarda com nenhuma garantia de que a empresa tem uma compatível experiência na execução do contrato, pois poderá ser uma aventureira no mercado buscando se capitalizar com a intermediação de recursos públicos. Será Administração que se arriscará em contratar uma empresa que pode se tornar inadimplente no curso da execução, colocando a população em risco de não ter enxoval em condição de uso, como também a população local que poderá ter seu direito a saúde comprometido pela falta de enxoval limpo no momento necessário. E por fim, todos se favorecem com o cuidado da Administração em exigir a comprovação de capacidade técnica, pois a futura contratada demonstrará que está consolidada no mercado e apta a cumprir suas obrigações.

**Assim, é imperativo que a licitante apresente durante a fase de habilitação Licença de Operação da lavanderia declarada e suas condicionantes, para processamento de roupas provenientes de serviços de saúde, da unidade da federação onde estiver instalada, conforme Decreto nº 99.274/90.**

---

#### PONTO 4 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

---

O edital estabelece que o critério de julgamento será MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

5.1 O presente Pregão Eletrônico reger-se-á pelo tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

5.2 O preço máximo admitido pelo ÓRGÃO LICITANTE é a média obtida na estimativa prévia de mercado.

## 11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 O julgamento obedecerá ao critério de menor preço, na forma do ITEM 5. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste Edital, especialmente o SUBITEM 11.3.

11.2 O SIGA informará o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do SUBITEM 11.3 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando à sua redução.

Todavia ao cadastrar a proposta no sistema há uma divergência nas informações.

Item	Qtd Licitada	Marca	Vl. Unitário
1. SERVIÇOS DE LAVANDERIA, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, ORIGEM: PESSOA JURÍDICA	60000 KG	Não se aplica	600000000

O edital diz que a disputa será pelo valor global de 12 meses, mas o sistema está configurado errado, veja que no primeiro quadro no campo valor unitário, o valor do kg estimado é unitário é multiplicado por 60.000 Kg da resulta em valor não correto

Ao incluir os valores por mês ele multiplica por 60.000 kg e resulta um valor estrondoso, quando na verdade, onde está 60.000 deveria ser 12, para multiplicar por 12 meses o valor estimado de para 60.000kg

## O PEDIDO DE REFORMA DO EDITAL

Destarte, requer a imediata suspensão da Licitação, e como direta obediência ao princípio da legalidade a retificação do edital convocatório para que seja:

1. Seja readequando o quantitativo de roupa a ser processada pela contratada, aumentando a estimativa de roupa lavada
2. Que seja corretamente definidos as necessidades de mão-de-obra com exclusividade nas dependências do hospital
3. Sejam exigida Licença de Operação da lavanderia declarada e suas condicionantes, para processamento de roupas provenientes de serviços de saúde, da unidade da federação onde estiver instalada, conforme Decreto nº 99.274/90.
4. Seja corrigido a unidade no sistema para lançamento de preços

Nestes Termos, Pede Deferimento

**ATMOSFERA GESTÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TÊXTEIS S.A.**

Anselmo Ribas  
Juridico



Tel.: 11 4588 5652  
[anselmo.ribas@elis.com](mailto:anselmo.ribas@elis.com)  
Rua Silvetre Antonio Nivoloni, 1200  
Chácara Aeroporto - Jundiaí - SP, Brasil  
CEP: 13212-011  
[www.elisbrasil.com](http://www.elisbrasil.com)



---

[1] Instituto Brasileiro de Auditoria em Obras Públicas, Orientação Técnica-IBR nº 005/2012.

[2] Comentário à lei das licitações e contratos administrativos. Pág. 230

Les informations contenues dans cet email sont susceptibles d'être confidentielles. Si vous n'êtes pas le destinataire, veuillez nous en avertir immédiatement et détruire le message sans le lire. Cet email est non-contraignant légalement, sauf s'il précise expressément le contraire. Bien que cet email soit supposé être exempt de virus, nous ne pouvons pas être tenus responsables des dommages éventuels qui en résulteraient.

---

## 2 anexos

 **IP\_ATM\_RJ\_UERJ\_HUPE\_RJ\_falta-claresa-MDO\_DIMENSIONAMNETO-INCONPATIVEL COM CONSUMO.pdf**  
377K

 **Atmosfera\_Procuração.pdf**  
739K